



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

19 de maio de 2017

Rua Líbero Badaró, 119, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Auditório

ATA XXVII REUNIÃO ORDINÁRIA

Presentes: Claudia Regina Lovato Franco (MPT), Paulo Sergio Muçouçah (OIT), Claudete Dias Silva (SMTE), Gilda Bernadete da Costa (SMS), Carla (CAMI), Roque Pattussi (CAMI), Rosana M. Gaeta (CAMI), Vânia S. de O. Franca (CPIR), Benedita Aparecida Pinto (CPIR), Ana Carolina Evangelista (ALESP), Débora Anfimof Sergio (ABVTEX), Caio Borges (Conectas), Ingrid Guzeloto Ramos Ferreira (SMDHC), Ebenézer Oliveira (SMDHC), Vera Gers Dimitrov (CDHIC).

Pauta:

- Levantamento da memória das últimas atividades desenvolvidas pela Comissão;
- Regularização das nomeações dos membros da Comissão;
- Monitoramento do Plano Municipal;
- Cronograma de reuniões; e
- Informes Gerais

O Sr. Tiago Amparo, Secretário Adjunto de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos, desejando boa sorte e bom trabalho para a Comissão e falando sobre a importância da pauta do Trabalho Escravo no município. Trouxe brevemente o histórico da Secretária de Direitos Humanos e Cidadania, Patrícia Bezerra, que atua no tema e enquanto vereadora construiu uma lei sobre o tema.

O Sr. Ebenézer cumprimentou os presentes, informando que esta é a primeira reunião da COMTRAE para o ano de 2017. O Sr. Ebenézer se apresentou como Coordenador na Coordenação de Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, além de estar coordenando a Assessoria Especial de Promoção para o

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Trabalho Decente. Sr. Ebenézer apresentou a estagiária da Assessoria, Ingrid Guzeloto. Informou que trabalha com a temática há muitos anos, tem muito contato com o tema e trabalhou durante alguns meses na Assessoria de Trabalho Decente na última gestão. As atividades se iniciaram com uma rodada de apresentação de todos os presentes.

1) Levantamento da memória das últimas atividades desenvolvidas pela Comissão.

Sr. Ebenézer informou que as duas últimas reuniões da Comissão não foram registradas por meio de ata e por isso entende como fundamental o levantamento do ocorrido em reunião. Por regimento interno da COMTRAE, é preciso mudar a presidência a cada dois anos, intercalando entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil. Sugeriu que na próxima reunião seja feita a eleição da nova presidência, e relembra que a SMDHC segue na secretaria executiva da Comissão.

Sr. Roque (CAMI) informou que esteve presente na reunião em Setembro, que pautou a escolha da presidência, onde o CAMI foi o único que se postulou. Alguns encaminhamentos foram tirados acerca dessa eleição que seriam resolvidos no mês de outubro, mas a reunião de outubro não aconteceu. A Repórter Brasil se desligou da Comissão nesta reunião. Na reunião de novembro, que foi realizada no CAMI, foi feita uma apresentação dos trabalhos desenvolvidos no CAMI. Tratou-se também da questão da presidência novamente, onde os presentes confirmaram o CAMI para a presidência, mas não foi registrado oficialmente e não ocorreram outras reuniões posteriores. As reuniões em questão não foram registradas.

Sr. Ebenézer informou que as atas das reuniões não existem, e por isso é necessário retomar a questão das eleições nas próximas reuniões. Não é possível oficializar a nova presidência sem uma ata e por isso será realizada uma nova eleição.

Sr. Roque sugeriu que na próxima reunião o regimento interno da COMTRAE seja lido por todos e a eleição fique não para a próxima reunião, mas para a seguinte. Sugeriu também que o Plano Municipal fosse revisto.

Sr. Ebenézer informou que o Plano Municipal e o regimento interno serão enviados por e-mail para que todos tenham conhecimento e a discussão sobre a eleição aconteça na próxima reunião.

2) Regularização das nomeações dos membros da Comissão.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Sr. Ebenézer informou que a Comissão deixou de ser paritária, do ponto de vista formal, já que as secretarias de Igualdade Racial e de Mulheres viraram coordenações. O setor de Participação Social da SMDHC está reavaliando o regimento para entender se há a possibilidade dessas coordenações participarem como as secretarias participavam antes. Comprometeu-se a enviar um ofício para as Secretarias pedindo a indicação de nomes para comporem a COMTRAE.

Sr. Roque disse que é preciso observar a presença dos representantes da Sociedade Civil, já que o regimento interno estipula um teto máximo de três faltas consecutivas para que a organização ainda faça parte da COMTRAE.

Sr. Ebenézer lembrou as dificuldades que a comissão enfrenta por tratar de um assunto marginalizado, sendo pouco disputada, trazendo problemas para a rigidez da regra. Mas acha importante que lembremos a todos os nomeados a importância de sua participação.

Sr. Paulo Sergio (OIT) disse que a Organização Internacional do Trabalho vai continuar participando das reuniões da comissão como convidado, já que estão coordenando projetos que seguem na temática do Trabalho Decente e Trabalho Escravo.

Sra. Ana Carolina informou que o Gabinete do Carlos Bezerra participa de outros espaços com a mesma temática e começará a compor a COMTRAE, como convidado, por conta da agenda que o deputado conduz em seu mandato.

3) Monitoramento do Plano Municipal

Sr. Ebenézer disse que no Plano Municipal, a COMTRAE está estrategicamente colocada como responsável pela maioria das ações. Tirou o encaminhamento de rever o Plano Municipal e analisar quais ações já foram executadas, quais ainda não e em que ponto está a execução dessas ações.

Sr. Caio (Conectas) informou que existe uma planilha que já foi feita onde os membros da COMTRAE atualizam o status das ações. Disse que resgatará a tabela e enviará para os membros da COMTRAE.

Sr. Ebenézer informou que solicitou ajuda da OIT por e-mail, para que o Luiz Fujiwara auxilie na elaboração do monitoramento do Plano porque eles podem disponibilizar uma metodologia específica. É preciso que os membros da COMTRAE conheçam o Plano Municipal primeiro para que depois a OIT possa auxiliar na questão técnica.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

A Sra. Débora (ABVTEX) informou que encontrou a tabela e que enviará para o e-mail do Sr. Ebenézer, e coloca ainda que a última atualização foi feita em setembro de 2016.

4) Cronograma de reuniões

Sr. Ebenézer disse que é preciso buscar uma nova data para a realização das reuniões, que antes aconteciam na primeira segunda-feira do mês, pela manhã.

Os presentes fizeram uma discussão e chegaram à decisão, por consenso, de que as reuniões serão realizadas na primeira quinta-feira do mês, às 14 horas. Por conta da proximidade da data, a próxima reunião ao invés de ficar para o dia 1 de junho, ficará para o dia 8 de junho.

Sr. Roque sugeriu que as reuniões se intercalassem entre a SMDHC e outra instituição que compõe a COMTRAE, como acontecia em 2014. Acredita na importância dessa ação para que todos possam apresentar o trabalho realizado dentro das instituições.

5) Informes Gerais

Sr. Ebenézer informou que a Lei 16.606, de autoria da vereadora Patrícia Bezerra, foi promulgada em dezembro de 2016 e agora é preciso criar a minuta do decreto para sua regulamentação. A Lei é uma lei de combate ao trabalho escravo, que atua em dois pontos: a retirada da licença municipal da empresa que for pega com trabalho escravo e a aplicação de multa. A Secretaria vai ser responsável pela elaboração da minuta, e acredita na importância da participação da COMTRAE na elaboração dessa minuta. A COMTRAE pode ser o órgão que dá um parecer sobre algum processo administrativo.

Sr. Caio perguntou qual a previsão de data para formalização do decreto e disse que vê o papel da COMTRAE em contribuir com uma nota técnica como órgão autônomo trazendo seu posicionamento sobre o assunto.

Sr. Ebenézer informou que não tem prazo para a regulamentação e disse que é importante que alguns atores ajudem na formação do decreto, anterior a uma nota técnica, por meio de um Grupo de Trabalho.

Foi criado um Grupo de Trabalho para tratar do tema com a presença dos seguintes membros: Ministério Público do Trabalho, Conectas, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Saúde e Organização Internacional do Trabalho.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Sr. Roque disse que a COMTRAE precisa começar a se posicionar sobre os eventos que estão ocorrendo. Sugere um parecer sobre a nova lei de imigração, onde todas as entidades que participam assinam uma nota sobre o assunto.

Sr. Caio sugeriu que se discuta na próxima reunião da COMTRAE “sobre quais temas a comissão deve se manifestar?”, para levar a público a manifestação, aproveitando o espaço importante da comissão. Cita como exemplo a questão da Lista Suja, onde o Governo Federal não queria divulgar essa lista e a COMTRAE poderia ter escrito uma nota e serviria como *advocacy*. Acredita que o posicionamento sobre retrocessos é a maior contribuição que os órgãos podem dar no debate público.

Sr. Paulo Sergio sugere também o posicionamento sobre o projeto da bancada ruralista, que fala de uma remuneração aos trabalhadores apenas com alimentação e moradia, sendo importante lembrar e reforçar também o conceito de trabalho escravo.

Sr. Roque disse que seria importante formalizar um pedido para que se tenha um representante da COMTRAE na COETRAE (Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo).

Sr. Ebenézer informou que esse pedido será enviado, já que é consenso na COMTRAE.

Sr. Roque iniciou uma discussão sobre a terceirização, já que os trabalhadores da cadeia têxtil já enfrentam o processo de terceirização há muito tempo, e com a Lei da Terceirização, é preciso refletir melhor sobre o tema. Resgata também uma discussão que aconteceu na reunião de setembro sobre como é visto o dono da oficina de costura pelos órgãos que compõe a COMTRAE dentro da cadeia de exploração. Alguns donos de oficina são vítimas de um processo de exploração onde existem as grandes redes que são as maiores responsáveis pela exploração do resto da cadeia, enquanto outros são vitimadores. Existem alguns ainda que ocupam as duas posições ao mesmo tempo.

Sr. Ebenézer disse que esteve em uma reunião com oficineiros na Secretaria de Trabalho, onde alguns oficineiros expuseram o que para eles era o maior problema da cadeia produtiva. O maior problema apontado pela maioria era a questão do valor da peça. Foi possível entender que os exploradores também estavam em posição muito frágil para combater a cadeia.

Sr. Paulo Sergio disse que encontrou algumas pesquisas que mostram a figura do explorador, que recruta o trabalhador por base de ofertas, criando uma super exploração. Existem também imigrantes que são intermediários, onde tem contatos com os dois lados da cadeia e acabam fazendo essa ponte, sendo também explorados, trabalhando muitas vezes nos períodos absurdos do restante dos explorados.

Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Sra. Rosana (CAMI) disse que também passou por um processo muito rico onde acompanhou em 2007, onde aconteceu uma discussão sobre trabalho digno dentro das oficinas de costura. O primeiro projeto se chamava “Erradicação do Trabalho Escravo com Imigrantes” e ao longo do tempo o nome foi mudando, colocando o termo “oficineiros”.

Sra. Carla (CAMI) diz que a discussão precisa se expandir para as transnacionais, porque a discussão do micro território para indústria têxtil é muito pouca. A China vista como monopólio precisa entrar nessa discussão também.

Sr. Roque disse que entrou no tema dos oficineiros porque é preciso tomar cuidado no tratamento que será usado na Lei Municipal para erradicação do trabalho escravo.

Sr. Ebenézer informa que faltam poucos dias até a Lei de Imigração ser sancionada, e todos concordam que a COMTRAE precisa fazer uma manifestação sobre.

Sr. Roque lembra que a nota não tem que tratar somente da questão da lei, mas tem que falar da garantia dos direitos de imigrantes, e repudiando as atitudes xenófobas de alguns grupos.

Sr. Ebenézer sugere que alguém faça um texto base e ele circule por e-mail para que alterações sejam feitas. CDHIC se responsabiliza pela construção desse texto, que se baseará em apoio à lei e contra as manifestações xenófobas.

Sra. Rosana pergunta como fica a relação da COMTRAE com o Conselho Municipal de Imigrantes.

Sr. Ebenézer diz que o conselho está em construção, e que a relação será harmoniosa, porque os dois conseguirão dialogar muito em conjunto e também porque diversos integrantes da COMTRAE estarão no conselho.

Sr. Ebenézer agradece a presença de todos e informa que o Banco de Projetos ficará como pauta para a próxima reunião da COMTRAE